

# Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

FOTO: BRENO LAPROVITERA

## O que o comércio espera da política?

Setor elenca gargalos e aponta caminhos para reaquecimento. Reportagem abre nova série produzida pelo Tribuna Parlamentar, que apresentará demandas dos segmentos econômicos para depois das eleições.

## ACONTECEU NA ALEPE

### ■ Nova composição da Mesa Diretora

Em agosto, os deputados Eriberto Medeiros (PP) e Álvaro Porto (PTB) foram



eleitos, respectivamente, presidente e quarto-secretário da Mesa Diretora. Porto assume a vaga deixada pelo progressista, que venceu Edilson Silva (PSOL) na preferência dos parlamentares. Medeiros sucede Guilherme Uchoa, que faleceu em julho. Desde a morte do ex-deputado, a função vinha sendo exercida pelo primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, Pastor Cleiton Collins (PP). "Não se admitirão, em hipótese alguma, interferências externas no Legislativo", prometeu o novo gestor da Casa de Joaquim Nabuco.

### ■ Saneamento básico

O novo Marco Legal do Saneamento Básico, em vigor desde a publicação da Medida Provisória nº 844/2018, recebeu críticas em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente. Na avaliação de todos os presentes, a nova lógica determinada pelo Governo Federal - de obrigar os municípios a licitar o serviço - dificultará a prática do subsídio cruzado das tarifas cobradas pelo Estado, em que os lucros de uma cidade são utilizados para pagar os investimentos no saneamento de outras localidades que não têm recursos. Uma Frente Parlamentar para aprofundar as discussões foi aprovada em Plenário.

## EM FOCO

### Patrimônio documentado

A trajetória do maracatu, desde as coroações dos Reis do Congo nos séculos XVIII e XIX até a criação da



Noite dos Tambores Silenciosos no século XX, é apresentada pelo documentário Maracatu Nação, produzido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). O filme tem como base as pesquisas realizadas entre 2011 e 2013, pelo Governo de Pernambuco, para defender a escolha da manifestação como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil - título que foi concedido em 2015.



#### Fique Sabendo

Assista ao documentário *Maracatu Nação*



## VOCÊ NA ALEPE

"Eu vim acompanhar o debate sobre essa medida provisória do saneamento, porque precisamos saber o que vai ser feito com a área. Esse é um setor importante, por impactar diretamente a saúde da população."



#### Simone Souza

Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), durante audiência pública da Comissão do Meio Ambiente, no dia 31 de julho, para debater a medida provisória que reformula o marco legal do setor de saneamento básico.

"Estou aqui para discutir os rumos da nossa educação e qual vai ser o nível de participação do povo nas decisões do próximo governo. Nós estudantes estamos sofrendo com a falta de assistência, de financiamento e de recursos."



#### Camila Falcão

Representante da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), durante audiência pública da Comissão de Educação, no dia 28 de agosto, na qual foram expostos, pelo Poder Executivo, os indicadores do setor. A apresentação anual dos dados é exigida pela Lei de Responsabilidade Educacional do Estado nº 13.273/2007.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa. Além de informar, as plataformas também facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes para a vida do povo pernambucano.



assembleiape



alepeoficial



assembleiape



alepenatv

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Superintendência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.



EXPEDIENTE: MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; 1º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 2º Vice-Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Júlio Cavalcanti; 4º Secretário, Deputado Álvaro Porto. Superintendente de Comunicação Social: Mardoqueu Silva. Chefe do Departamento de Imprensa: Isabelle Costa Lima. Editoras: Isabelle Costa Lima e Ivanna de Castro. Revisão: Cláudia Lucena. Repórteres: André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Ivanna de Castro, Júlia Guimarães, Luciano Galvão Filho e Geanne Gouveia (estagiária). Gerente de Fotografia: Roberto Soares. Edição de Fotografia: Breno Laprovitera. Fotógrafos: Jarbas Araújo, Lourival Maia e Sabrina Nóbrega. Tratamento de Imagem: Giovanni Costa. Design: Brenda Barros. Diagramação e Editoração Eletrônica: Alécio Nicolak Júnior. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183-2211. E-mail: scom@alepe.pe.gov.br



# Catraca livre para animais domésticos

Ônibus poderão transportar bichos que pesem até dez quilos e estejam com a vacinação em dia

Geanne Gouveia

Metade dos lares brasileiros possuem, pelo menos, um cachorro – sem contar gatos, pássaros e roedores. Em 2013, o País já era o segundo no mundo em população de animais de estimação, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Animais de Estimação (Abinpet), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diante do cenário, a Assembleia Legislativa aprovou, este ano, uma norma para facilitar o transporte desses bichos até veterinários e *petshops*, bem como os passeios diários. Trata-se da Lei nº 16.321/2018, que autoriza a condução em ônibus intermunicipais e da Região Metropolitana do Recife (RMR).

Para a autora da matéria, em vigor desde junho, deputada Priscila Krause (DEM), a novidade favorecerá pessoas que não têm carro ou condições de usar táxi nos deslocamentos com seus animais. “Muitos donos



FOTO: JARBAS ARAÚJO

Os pets deverão estar acompanhados dos donos. Além disso, viagens não poderão ocorrer em horários de pico

não possuem veículos próprios e, por esse motivo, não conseguem realizar tarefas simples do dia a dia, como levá-los ao veterinário ou passear em parques públicos com espaços reservados para os bichos”, destacou a parlamentar.

Para que o *pet* seja conduzido nos ônibus, ele deve estar acompanhado do dono, pesar até dez quilos e ter a vacinação em dia (comprovada pela carteira). Além disso, as viagens devem ocorrer fora dos horários de pico (das 6h às 9h e das 18h às 20h). Se o bicho for agressivo ou estiver com alguma doença contagiosa, por exemplo, não poderá viajar. O responsável pelo animal responderá por qualquer problema que venha a

ocorrer, como o ataque a algum passageiro ou dano ao coletivo.

Poder levar o cachorro no transporte público vai facilitar a vida da estudante Leila Regina Gomes. “Já precisei, muitas vezes, chamar táxi ou carro particular para levar Floquinho à casa de familiares e ao veterinário”, contou. Segundo a norma, caso o animal ou a caixa transportadora ocupe um assento do ônibus, o dono deverá pagar uma passagem a mais.

Além disso, tanto o bicho quanto o equipamento usado para carregá-lo deverão estar limpos. A caixa também terá de ser confortável e resistente. Se o animal precisar fazer suas necessidades fisiológicas ou começar a fazer barulho, o pro-

prietário deverá descer do veículo no ponto de parada mais próximo.

A Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal (EPTI) afirmou que a nova medida será reforçada com campanhas educativas. “Não tenho dúvidas de que, obedecidos os critérios que garantem não apenas o transporte seguro do animal, mas os direitos dos demais usuários, só teremos avanços com a oferta de mais serviços e comodidades”, acredita a diretora-presidente da instituição, Thaíse Ferreira. Responsável pelo transporte público na RMR, o Grande Recife Consórcio informou, em nota, que tomará as providências necessárias para que haja o cumprimento da norma, após sua regulamentação.

# As expectativas do comércio para o período pós-eleição

A proximidade das eleições e as dúvidas em torno delas motivaram o Tribuna Parlamentar a consultar diferentes setores da economia de Pernambuco para saber o que eles aguardam da política após a definição das urnas. Os segmentos apontaram as pautas que consideram essenciais para garantir um ambiente favorável aos negócios. Nesta edição, trazemos os anseios do comércio de bens e serviços.



Luciano Galvão Filho

Nos primeiros três meses deste ano, faltou emprego para um em cada três pernambucanos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado inclui as pessoas que não têm trabalho e aquelas que poderiam ter um outro, mas não encontram. Além do efeito sobre as famílias, a situação repercute diretamente sobre o comércio: com menos gente empregada, há também menos renda nas mãos dos consumidores, o que afasta as pessoas das lojas, faz cair as idas a restaurantes e diminui a procura por escolas particulares, por exemplo.

“Enquanto permanecer o nível atual de desemprego, será difícil para o comércio, porque as pessoas ficam sem poder de compra”, resume o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE), Josias Albuquerque. “Nosso

segmento é prejudicado com a desconfiança dos empresários e das famílias. Por isso, precisamos de uma política séria, que torne o quadro mais favorável aos negócios.”

“A gente já vê equilíbrio nos índices da economia, mas ainda falta a recuperação, e estou falando dos empregos”, aponta Elísio Cruz Júnior, diretor do Sindicato das Empresas de Compra e Venda, Locação e Administração de Imóveis de Pernambuco (Secovi-PE).

***“Enquanto permanecer o desemprego, será difícil porque as pessoas ficam sem poder de compra.”***

***Josias Albuquerque,  
presidente da Fecomércio-PE***

“Por mais esforço que se faça, por mais dinheiro disponível nos bancos, os compradores ficam tímidos. Por isso que o mais importante é a confiança”, analisa.

Entre as ações para gerar um ambiente mais positivo para as empresas – o que

pode resultar em fôlego à recuperação dos empregos –, o presidente da Fecomércio cita a necessidade de apoio aos pequenos negócios e a redução de barreiras à atividade empresarial. “Temos contado com a compreensão do Poder Legislativo para que sejam corrigidas algumas propostas que poderiam piorar o movimento do comércio”, sublinha Josias Albuquerque.

## AJUSTES E REFORMAS

Um outro ponto que alimenta as incertezas é a dificuldade em saber como os próximos governantes vão cuidar das contas públicas. Um governo que gaste muito além do que pode termina por se endividar, algo que – no entendimento da maioria dos economistas – resulta em inflação. E assim, mais uma vez, cai o poder de compra das pessoas, que aos poucos deixam de conseguir, com um mesmo salário, dar conta de todos os compromissos. Sem falar que surge no horizonte a possibilidade de aumento de impostos.

“Nenhum dos nomes que têm se mostrado como opção são taxativos sobre a



importância de se fazer um ajuste fiscal sério no País”, lamenta o vice-presidente do Sindicato do Comércio de Produtos Farmacêuticos de Pernambuco (Sincofarma-PE), Elias Salomão, para quem o passo mais urgente nesse sentido é reformar a Previdência. Ele avalia que a despesa com as aposentadorias tende a impedir investimentos necessários em outras áreas.

Salomão observa, ainda, que o alívio produzido com a

FOTO: BRENO LAPROVITERA



Representantes do setor reconhecem sinais de recuperação da economia, mas alegam falta de apoio aos pequenos negócios e reclamam de barreiras à atuação empresarial

recente redução dos juros é temporário e pode se desfazer ao primeiro sinal de aumento da inflação. Uma alta dos juros torna os empréstimos mais caros e inibe os empreendedores. “Daí a necessidade de dar um freio nas despesas do governo. Se as pessoas ficam com receio, se não acreditam na retomada da economia, o mercado sofre”, considera, pontuando que, no setor dele, até as grandes redes de farmácias têm visto as vendas se re-

traírem. “Mesmo sabendo que o segmento de saúde é privilegiado, porque a população está envelhecendo e fazendo crescer a demanda por medicamentos, quando faltam recursos, faltam para todos.”



**Saiba mais**

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:

[alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/](http://alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/)



## Segurança para melhorar vendas

O fortalecimento da sensação de segurança nas ruas e o incentivo ao turismo foram elencados como medidas que podem ajudar no reaquecimento do setor. Todos os dias são registrados, em média, 275 roubos e furtos em Pernambuco, segundo dados da Secretaria de Defesa Social (SDS). Há cinco anos, eram pouco mais de 140. O aumento de ocorrências repercute no movimento das lojas. “O próximo governo precisa ter esse enfoque também para garantir um ambiente mais favorável à retomada da economia”, pontua o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife (CDL-Recife), Cid Lôbo.

Entre as medidas que poderiam contribuir para a redução dos crimes, o empresário sugere um planejamento de segurança próprio para as áreas de comércio das cidades. “No momento em que o cidadão se sente mais seguro, ele sai às ruas, inclusive acontecem mais aquelas compras por impulso, e a roda do mercado gira”, argumenta.

A violência urbana acaba por evidenciar uma vantagem dos shopping centers frente ao comércio de rua. Um relatório da Fecomércio-PE indica que, diante do contexto de insegurança, os shoppings têm sido vistos também como espaços de convivência e de lazer e ganhado a preferência dos consumidores, ao combinar as lojas com a oferta de serviços.

### OUTRAS PAUTAS

Encontrar soluções para reduzir os ataques de tubarão no Recife e melhorar a infraestrutura para receber visitantes foram iniciativas apontadas por Eduardo Cavalcanti, da Fecomércio-PE, como importantes para garantir a atividade turística. “O Legislativo pode destinar recursos do Orçamento para os polos de turismo”, sugere. O diálogo constante entre o setor de comércio e serviços e a gestão pública também foi citado como necessário. “O Estado muitas vezes nos cobra coisas completamente inadequadas e que atingem, sobretudo, as empresas menores, que têm menos condições de cumprir novas exigências. Precisamos de contato permanente com quem toma as decisões para que pautas prejudiciais à economia não avancem”, defende Elias Salomão, do Sincofarma-PE.

## ● CULTURA

# Maracatu eterno

## Resistência e renovação da manifestação popular que se tornou símbolo da pernambucanidade

Edson Alves Jr.

“Nasci no maracatu, mas acho que, dentro de pouco tempo, ele desaparecerá. Não temos uma sede para guardar nosso material. Já teve dia em que pensei em botar gasolina em cima de tudinho e tocar fogo.” Em 27 de janeiro de 1980, o jornal Diário de Pernambuco registrava o desabafo de Luís de França, o luô (sacerdote máximo) do Maracatu Leão Coroado de 1954 até o fim da vida. O mestre não se conformava com a falta de apoio do Poder Público, que sequer permitia à agremiação, fundada em 1863, ter uma sede.

A preocupação com um possível fim do folguedo é mais antiga. Na década de 1960, a pesquisadora norte-americana Katarina Real

apontou para o pequeno número de grupos fazendo maracatu no Estado. “Na época, o Leão Coroado tinha uma média de 30 a 40 integrantes e só 12 batuqueiros”, conta Fábio Sotero, que preside a Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco. Para efeito de comparação, a quantidade equivale a apenas uma ala de um maracatu atual.

Mas, ao contrário do que temiam mestre França e Katarina, novos grupos surgiram e as agremiações tradicionais ganharam reconhecimento. Em 1997, ano da morte de Luís de França, a data do aniversário dele (1º de agosto) tornou-se o Dia Estadual do Maracatu. Para celebrar o fato, o Leão Coroado e outros nove grupos realizam, todos os anos, um cortejo no centro histórico de

Olinda, na Região Metropolitana do Recife (RMR).

“A regulamentação da data e a homenagem a Luís de França são formas de mostrar que estamos vivos. Ainda que a sociedade queira esconder o maracatu, sempre vamos estar aqui”, reforça Karen Aguiar, neta do mestre Afonso Aguiar, que sucedeu França no comando do Leão Coroado. Ela segue na batalha por um espaço adequado às atividades da agremiação, em Olinda.

Desde 2005, o Leão Coroado detém o título de Patrimônio Vivo da Cultura de Pernambuco. A honraria também foi concedida a Mestre Salustiano (1945-2008), ligado ao maracatu rural; ao maracatu de baque virado Estrela Brilhante, de Igarassu (RMR); e ao maracatu rural Estrela de Ouro, de Aliança (Mata Norte).

### NOVO FÔLEGO

No século 20, o maracatu renasceu e conquistou os jovens por meio da fusão com outros ritmos no movimento Mangubeat. “O que mais contribuiu para a divulgação foi a mistura com o rock feita por Chico Science e o formato estilizado do Maracatu Nação Pernambuco”, observa Sotero. “Os jovens fizeram um maracatu com a cara deles.”

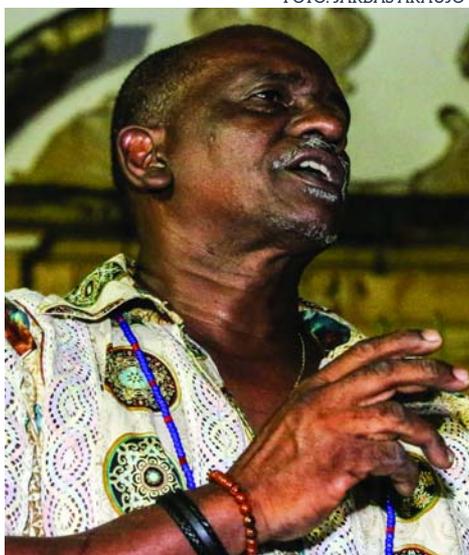


Desfile do Leão Coroado durante cortejo de maracatu.

Um dos expoentes da nova geração é Ivanildo de Oxóssi. Filho de um rei de maracatu, até os anos 1990 ele rejeitava a herança do pai. Mudou de ideia ao participar de um projeto social. “Eu, que não gostava de maracatu, ajudei os adolescentes do bairro a montar o Estrela de Olinda, em 2003. Enquanto tiver povo de terreiro e candomblé, o ritmo vai continuar a existir”, garante.

Em 2014, o maracatu recebeu o título de Patrimônio Imaterial Nacional, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A condecoração legitimava tanto o maracatu nação, ou de baque virado, como o rural, também chamado de baque

FOTO: JARBAS ARAÚJO



Ivanildo de Oxóssi e Fábio Sotero simbolizam a renovação da tradição histórica

FOTO: BRENO LAPROVITERA



## Documento Histórico

Menção honrosa  
a Dona Santa

Entre as personalidades de destaque da história do maracatu no Estado, está Maria Júlia do Nascimento, mais conhecida como Dona Santa, rainha dos maracatus.

Criada nos ritmos dos ancestrais africanos, Dona Santa participou de congadas, das troças carnavalescas Verdureira e Miçangueira, do Maracatu Leão Coroado (de onde foi rainha) e da fundação da Troça Carnavalesca Mista Rei dos Ciganos, depois transformada em Maracatu Porto Rico do Oriente. Casou-se com João Vitorino, tornando-se rainha do Maracatu Elefante, fundado em 1880.

O reconhecimento público a Dona Santa aconteceu quando foi registrada menção honrosa a seu nome na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no dia 22 de outubro de 1962. O fato repercutiu na tribuna da Alepe. Na ocasião, enfatizou-se o grande papel por ela desempenhado na fixação de todas as manifestações da cultura popular ligadas ao Carnaval do Recife. Dona Santa faleceu no mesmo ano da homenagem, quando tinha 85 anos.



FOTO: JARBAS ARAÚJO

Maracatus em Olinda, no Dia Estadual do Maracatu, celebrado em 1º de agosto

solto e identificado pelos caboclos de lança.

### FINANCIAMENTO

Apesar da relação direta com a pernambucanidade, o maracatu ainda carece de investimentos. “Próximo do Carnaval, vemos pessoas devendo a agiotas e tendo que empenhar bens para realizar os desfiles”, relata Fábio Sotero, que trabalha para esclarecer os maracatuzeiros sobre as formas de captação de recursos públicos.

Ele critica a visão de que os maracatus “dependeriam demais do Estado”. “Quando um governo vai captar recursos de patrocínio para o Carnaval, leva imagens do frevo, do caboclinho e do maracatu. Ou seja, é o Estado que depende das manifestações populares”, considera. “Acontece que os grupos populares estão com os cachês congelados há anos e rece-

bem menos verba do que os artistas famosos.”

Mestre Roberto, do Maracatu Nação de Luanda, conta que, em apenas um desfile, gasta R\$ 500 de aluguel de ônibus mais a ajuda de custo, que é de R\$ 50 por integrante. Quando não há apoio oficial, a verba sai do próprio bolso. “As autoridades não dão muito valor para a cultura, mas ela não se acaba porque a cultura de um povo só tem fim quando o povo deixa de existir”, acredita.

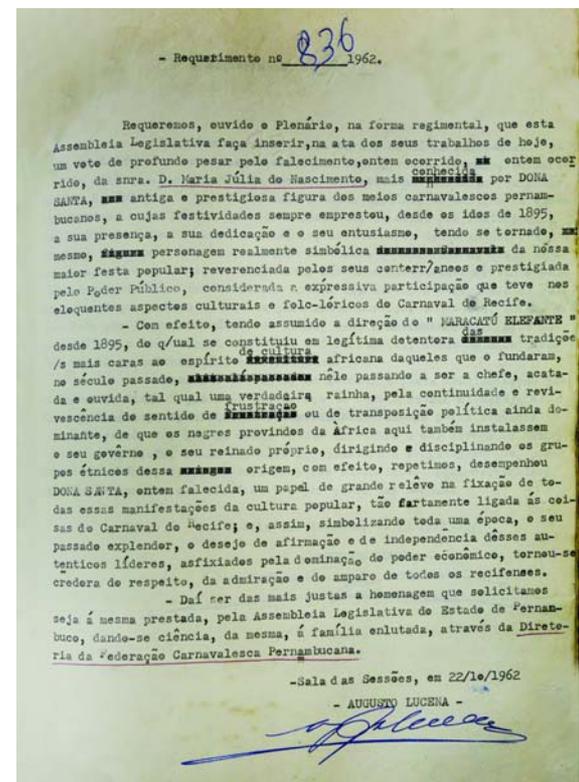


Saiba mais

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link:



[alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/](http://alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/)



### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Requerimento nº. 836, de 22 de outubro de 1962. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

## ● PRECONCEITO ...

# Futebol feminino sofre com falta de visibilidade

## Prática do esporte pelas mulheres, que chegou a ser proibida no País, segue em busca de espaço

Júlia Guimarães

**E**m 2019, o Brasil terá chances de conquistar o primeiro lugar na Copa do Mundo de Futebol. Não, você não leu errado: os brasileiros ainda podem ser os melhores do planeta na modalidade. Se este ano o País parou para assistir ao desempenho dos jogadores, como será no próximo, quando a Seleção Brasileira Feminina for à França disputar o mundial? Percebe-se, porém, que o contexto é um pouco diferente: os torneios femininos são mais raros, várias atletas são desconhecidas do público, e os valores pagos em publicidade, salários e prêmios são discrepantes em relação ao montante destinado aos homens.

A professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Soraya Barreto estudou a cobertura midiática das principais competições internacionais femininas e pode afirmar: a atenção dada pela imprensa brasileira à nossa seleção de

mulheres não é, nem de longe, comparável ao destaque conferido aos jogadores. “A gente encontrou mais de mil matérias falando sobre a Copa do Mundo masculina ou ligadas à modalidade durante o período do torneio. Com relação às mulheres, foram cerca de cem matérias durante o campeonato mundial feminino. As atletas não são notícia e, quando são, percebe-se que é quase uma divulgação obrigatória”, lamenta.

A diferenciação tem raízes históricas: o Decreto-Lei nº 3.199, promulgado em 1941, proibia a prática de qualquer esporte de contato por parte das mulheres. Segundo a pesquisadora, a norma perdurou até a década de 1980, com justificativas que mascaravam as intenções machistas da regra. “A proibição nasceu baseada em teorias biologizantes, que acreditavam que esses esportes poderiam prejudicar a anatomia da mulher, vista então somente como procriadora. Tal entendimento acabou gerando invisibilidade e afastamento feminino dos esportes”, explica.



Apesar das dificuldades, a Seleção Brasileira Feminina é heptacampeã da Copa América

Essa construção histórica refletiu-se nas diferenças salariais e de patrocínio. Para exemplificar, a premiação da Copa Libertadores masculina, em 2015, foi de US\$ 5,3 milhões para a equipe vencedora. Já no campeonato feminino, o prêmio pago às ganhadoras foi de US\$ 20 mil. Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia, a deputada Simone Santana (PSB) afirma que o combate à desigualdade de gênero é fundamental em todas as áreas da sociedade. “O esporte tem ainda um agravante: ele é inspirador. Os atletas tornam-se símbolos e é muito importante que as meninas tenham essa referência de pessoas bem-sucedidas, competitivas”, afirma.

Esse afastamento da mulher em relação à modalidade tem sido combatido, aos poucos, por grupos que tentam ganhar espaço dentro dos campos. Esse é o caso da equipe Ousadas Futebol Clube Amador, composta por 20 jogadoras que se reúnem aos domingos, na Zona Sul do Recife, para jogar futebol *society*. Uma das or-

ganizadoras do time, Giselle Conceição da Silva, 29 anos, explica que o nome da equipe visa encorajar a prática do esporte. “Para incentivar as mulheres a não abaixar a cabeça, para que não sejam atingidas por certos tipos de preconceito. Não é porque muitas pessoas dizem que futebol é coisa de homem que devemos encará-lo como algo que a gente não pode fazer”, enfatizou.

Giselle convida as mulheres a participar dos times e a se envolver mais com o esporte. Ela acredita que torcer pelas jogadoras brasileiras é também uma forma de fortalecer a modalidade. A Seleção Brasileira Feminina de futebol é heptacampeã da Copa América e tem vaga garantida nas Olimpíadas de 2020, no Japão, e na Copa do Mundo de 2019, na França.

**Saiba mais**

Para saber mais sobre o assunto, acesse pelo QR Code ou no link: [alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/](http://alepe.pe.gov.br/noticias-especiais/)

